

A longa crise da Democracia

Civis ou militares, direita ou esquerda, partidos ou sindicatos, ninguém estava realmente disposto a respeitar as regras de uma vida política democrática no Brasil.



João Goulart

A idéia de um impeachment de João Goulart não constituía unanimidade na cúpula militar. Muitos eram pela manutenção da ordem constitucional, por exemplo alguns dos próprios adversários políticos de Jango, como os denistas Juraci Magalhães e Afonso Arinos. O Congresso também negava-se a vetar a posse do vice-presidente, preterindo criar uma comissão que encontrasse uma solução política negociada. Dessa comissão surgiu a proposta de mudar o regime de presidencialista para parlamentarista, obra de sindicatos, organizações estudantis e governadores de cinco Estados - Leonel Brizola

(RS); Carvalho Pinto (SP); Juraci Magalhães (BA); Ney Braga (PR); Mauro Borges (GO) -. além de autoridades eclesiásticas. No dia 2 de setembro o Congresso aprovou o Ato Adicional que emendava a Constituição e criava o parlamentarismo. No dia 4 os ministros militares concordaram em aceitar esse compromisso. No dia 5 Jango finalmente desembarcava em Brasília, depois de passar por Cingapura, Paris, Nova York, Montevidéu e Porto Alegre.

1963

O presidente da França, Charles de Gaulle, afirma que Grã-Bretanha não está qualificada para unir-se ao mercado Comum Europeu.

O presidente John Kennedy, dos EUA, é assassinado, em Dallas, Texas. Em Saigon, Vietnã do Sul, monges budistas ateam fogo às suas vestes, nas ruas, para protestar contra o governo.

O papa Paulo VI é eleito dezoito dias depois da morte de João XXIII.

Entra em operação a linha telefônica direta, a linha vermelha, entre o Kremlin (Moscou) e a casa Branca (Washington).

Foi no dia 7 de setembro de 1961, aniversário de 139 anos de Independência do Brasil, que o novo presidente foi empossado, com poderes reduzidos.

Mas Jango continuava contando com o apoio dos sindicatos, de organizações de esquerda e dos partidos nacionalistas, todos dispostos a comprometer o presidente com reformas sociais. A principal meta de Jango foi recuperar os poderes presidenciais e conquistar a confiança dos moderados, sem perder o apoio das bases de esquerda. Indicou um ministério moderado, que ficasse ao seu lado na campanha contra o regime parlamentarista. O primeiro gabinete foi chefiado por Tancredo Neves, figura expressiva do PSD. Mas Tancredo renunciou em junho de 1962 para concorrer ao governo de Minas Gerais nas eleições que se realizariam em outubro. Para substituí-lo, Jango propôs San Tiago Dantas O. cuja política externa era não-alinhada aos Estados Unidos e aberta para as nações socialistas. O Congresso, no entanto, impôs o veto ao candidato. As Forças Armadas ficaram de prontidão, e eclodiu uma greve geral de 24 horas em protesto contra



Os marinheiros rebeldes detidos abalavam a hierarquia das Forças Armadas.

o veto. O único jeito de resolver o impasse era propor outro nome, e foi o que Jango fez, indicando Brochado da Rocha, do PSD gaúcho. Ele angariou a simpatia de muitos por lançar-se na luta pela antecipação do plebiscito popular sobre a permanência do regime parlamentarista, marcado para 1965, final do governo Goulart. Mas outras divergências levaram Brochado à renúncia. O novo primeiro-ministro foi o socialista Hermes Lima, que também apoiava a antecipação do plebiscito, e o Ministério da Guerra passou para as mãos do general Amauri Kruehl, amigo pessoal de Jango.

O Plano Trienal

San Tiago Dantas foi o executor do Plano Trienal, lançado por Celso Furtado, que pretendia combinar o crescimento econômico, reformas sociais e combate a uma inflação que vinha num crescimento galopante: passou de 26,3% em 1960 para 33,3% em 1961 e 54,8% em 1962. Além da reforma agrária, o plano previa reformas no setor administrativo, fiscal e outros. O primeiro passo seria uma redução dos gastos públicos, e os recursos não seriam obtidos com a emissão de papel-moeda, e sim com o corte dos subsídios dados à importação de certos produtos e às indústrias estatais, e mediante o aumento dos impostos incidentes sobre os grupos de renda mais alta. Mas todo o plano dependia da colaboração dos setores que tinham voz na sociedade, e essa colaboração não aconteceu. Alguns se beneficiavam com a inflação. Outros eram inimigos de Jango e desejavam a ruína do governo e o golpe. Nesse quadro, San Tiago Dantas realizou uma viagem a Washington em março de 1963, na qual obteve magros resultados. Pouco depois Jango reformulou o ministério. Mas já era grande a sensação de catástrofe que se armava, no campo, entre os proprietários rurais com relação à reforma agrária.

O apoio de militares ao plebiscito era fundamental, e a data foi finalmente aprovada pelo Congresso: dia 6 de janeiro de 1963. O parlamentarismo estava com os dias contados.

Essa vitória foi seguida de uma derrota quando, em outubro de 1963, o Congresso rejeitou a emenda constitucional que autorizava a desapropriação de terras sem prévia indenização.

Leonel Brizola, da esquerda do PTB e recém-saído das urnas como o deputado federal mais votado até então, criticava as oscilações do presidente e começou a organizar sua própria base de ação, pela qual pretendia resistir às tentativas de golpe, convocar uma Assembleia Constituinte e declarar a moratória da dívida externa. Mas crescia a conspiração contra Jango entre os militares, que se fortaleciam com a idéia de um grupo que defendia uma intervenção apenas preventiva. Entre esses militares estava o general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército.

Ao mesmo tempo crescia, entre os conservadores moderados, a idéia de que as regras democráticas não eram mais eficientes para a resolução dos conflitos e que só uma revolução seria capaz de pôr fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo. Para conter as agitações, Jango propôs ao



Congresso a decretação do estado

de sítio por trinta dias. Nem a direita nem a esquerda aprovaram, e isso só complicou ainda mais a vida do governo. Novas agitações ocorreram. A última grande paralisação operária se deu em outubro de 1963, em São Paulo, na chamada greve dos 700 mil. Os trabalhadores conseguiram aumento de 80% dos salários, mas não conseguiram estender os futuros acordos salariais para todas as categorias profissionais.

A partir de então Jango seguiu o caminho da confrontação, aprovando as reformas de base por decreto e recorrendo a grandes mobilizações de massa na demonstração da força do governo. Esse rumo levaria o país ao desastre.



O primeiro comício, ocorrido em frente à Estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, entrou para a história como o Comício da Central O e marcou o início da queda de Jango. A primeira reação chegou em 19 de março e partiu da ala conservadora da Igreja Católica, que organizou a

Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, da qual participaram cerca de 500 mil pessoas. O outro vento favorável ao golpe veio da Associação dos Marinheiros. Eles se destacavam na luta pela garantia dos direitos aos marinheiros e por melhores vencimentos. Seu líder mais importante, o cabo Anselmo, já era ou se tornaria informante do Centro de Informações da Marinha (Genimar). Era dia 24 de março quando o ministro

Sílvio Mota mandou prender os dirigentes da associação, acusados de subversão da hierarquia. No dia seguinte, 2 mil praças e fuzileiros navais estavam reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos quando o ministro Sílvio Mota mandou cercar o local. Foi a intervenção de um dos líderes de uma central de trabalhadores, Dante Pellacani, que possibilitou uma solução negociada. O ministro, no entanto, demitiu-se. Para o seu lugar Jango indicou o almirante reformado Paulo Rodrigues, que logo informou que os revoltosos não seriam punidos.



Esse incentivo à quebra da hierarquia militar desencadeou as primeiras ações do golpe por decisão do general Olímpio Mourão Filho, já envolvido em conspirações desde a falsificação do "plano Cohen", em 1937.

Jango preocupou a direita ao se relacionar com políticos próximos ao PCB

Apoiado pelo governador mineiro, Magalhães Pinto, o general mobilizou suas tropas sediadas em Juiz de Fora, deslocando-as para o Rio de Janeiro. Era dia 31 de março. A situação logo se definiu. No Rio de Janeiro, Carlos Lacerda armou-se no Palácio Guanabara. No dia 1º de abril João Goulart foi para Brasília e evitou qualquer ação que provocasse derramamento de sangue. O general Amauri Kruel deslocou-se de São Paulo rumo ao Rio de Janeiro, aderindo ao movimento. À noite Goulart foi para Porto Alegre, e o presidente do Senado, Auro Soares de Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente da República. Assumiu o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, mas o verdadeiro poder já estava nas mãos dos comandantes militares, que pela primeira vez davam sinais de que pretendiam continuar no governo.

O Bandeiras e promessas

O Comício da Central reuniu cerca de 150 mil pessoas que, sob a proteção das tropas do I Exército, ouviram Jango e Leonel Brizola. Dois decretos foram assinados nesse dia, 13 de março de 1964: de desapropriação das refinarias de petróleo e o chamado decreto da Superintendência da Reforma Agrária (Supra), que declarava sujeitas a desapropriação

propriedades subutilizadas, especificando a localização e a dimensão das que estariam sujeitas à medida. Anunciou ainda o preparo da reforma urbana, mudanças nos impostos e concessão de voto aos analfabetos e aos quadros inferiores das Forças Armadas. Causava grande temor nos conservadores o fato de que, para além de decretos e promessas, no comício tremulassem bandeiras vermelhas pedindo a legalização do PCB e exigindo reforma agrária, tocando num dos pontos mais sensíveis da sustentação das estruturas de dominação no Brasil